

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: UMA ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO E APRESENTAÇÃO APLICADA AS CIAS BRASILEIRAS DO SEGMENTO DO COMÉRCIO, TECIDO, VESTUÁRIO E CALÇADOS

Cristiane Santana Do Nascimento¹

Kelly Cristina de Andrade da Silva²

Larissa França Barbosa Macioski³

Neiva Maria De Oliveira⁴

Anderson José Amâncio⁵

RESUMO

O Brasil por muitos anos não realizou uma reforma em sua legislação voltada ao setor Contábil; entre tanto com a vinda das Normas Internacionais de Contabilidade, reconhecida pela sigla (IFRS), a partir de 2007, o país teve que se adequar a esta nova legislação em. O objetivo deste trabalho é demonstrar como as Cias Brasileiras estão se enquadrando a esta nova apresentação das Demonstrações Financeiras (DFs). Com esta nova realidade, é necessário averiguar se as Demonstrações estão atendendo a legislação, e qual é a quantidade de informação que as sociedades anônimas divulgam em seus demonstrativos. Realizamos uma pesquisa descritiva e exploratória referente às DFs, para apresentar sua contextualização e adequação com o IRFS. As DFs tiveram uma grande evolução com o passar dos anos, e vem demonstrando o quão importante são para seus usuários e empresas, trazendo informações que podem auxiliar na tomada de decisões e diagnósticos mais precisos da situação da empresa, em harmonia com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Palavras-chave: Demonstrações Financeiras. Alteração Legislação Contábil. IRFS (*International Financial Reporting Standard*) – Normas Internacionais de Contabilidade.

¹ Aluna do curso de Ciências Contábeis na FAE Centro Universitário. *E-mail*: cris.n214@hotmail.com

² Aluna do curso de Ciências Contábeis na FAE Centro Universitário. *E-mail*: kelly1003fk@gmail.com

³ Aluna do curso de Ciências Contábeis na FAE Centro Universitário. *E-mail*: lari_f92@hotmail.com

⁴ Aluna do curso de Ciências Contábeis na FAE Centro Universitário. *E-mail*: neivakoheler@gmail.com

⁵ Mestre em Administração. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: anderson.amancio@fae.edu

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar as empresas dos setores Fios, Tecidos, Calçados, Vestuário e Acessórios, listadas na Bovespa, comparando suas demonstrações contábeis com a NBC TG 26. Com a evolução da contabilidade, a fim de atender o usuário da informação contábil, as sociedades anônimas devem cumprir o seu papel, compilando o seu patrimônio, através do conjunto das demonstrações financeiras, que são compostas por: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado (DR ou DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) ou Demonstrações dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e Notas Explicativas (NE).

Partindo-se da realidade em que os principais demonstrativos da contabilidade têm o objetivo de mensurar os resultados patrimoniais, econômicos e financeiros das empresas, pode-se delimitar o objeto de estudo em: A quantidade de informações que podem ser extraídas das Demonstrações Financeiras; adequação das normas de contabilidade brasileira; considerando as leis e normas atuais de contabilidade no Brasil; Para atender à necessidade dos usuários da contabilidade qual é a quantidade de informação que as demonstrações financeiras devem apresentar, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade atuais? Com base nesse questionamento, esse trabalho apresenta os conceitos para a elaboração das demonstrações contábeis, sua finalidade, embasando-se nas leis e normas vigentes. O objetivo geral é contextualizar as informações contidas nas demonstrações financeiras das sociedades anônimas.

Os objetivos específicos são:

- Evidenciar cada demonstrativo e sua finalidade;
- Apresentar a obrigatoriedade das demonstrações financeiras;
- Apresentar os fundamentos históricos e mudanças na legislação.
- Coletar informações sobre as DFs das Cias Abertas, do segmento do comércio, tecido, vestuário e calçados;
- Comparar e analisar as DFs das Cias, visando identificar divergências e semelhanças de apresentação.

Essa pesquisa justifica-se pela importância das demonstrações financeiras em informar e esclarecer a situação patrimonial das empresas para os usuários da contabilidade. Embora algumas organizações enxerguem as demonstrações apenas como obrigatórias, existe todo um diagnóstico de análises que podem ser elaboradas através dessas informações, e apresentadas às instituições financeiras para aquisição de empréstimos, ou a um fornecedor para aquisição de um grande contrato. Enfim a

evolução contábil criou essas demonstrações para ser uma ferramenta de tomada de decisão tanto para empresa quanto para seus usuários informais.

1 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

De acordo com a pesquisa sobre a história da contabilidade elaborada por Reis e Silva (2007), no Brasil a Contabilidade surge na época Colonial, com a evolução da sociedade e a necessidade de controles contábeis para o desenvolvimento das primeiras Alfândegas (é uma repartição governamental oficial de controle do movimento de entradas e saídas de mercadorias para o exterior). Em 1808, a primeira referência da escrituração contábil é oficial, elaborada pelo Príncipe de Regente D. João VI. O processo de escrituração só poderia ser feito por profissional que estudasse aulas de comércio; essas aulas eram realizadas no Brasil e preparavam os empregados do comércio para o exame na Junta Comercial. Mas apenas em 1809, foram oficializadas as aulas de Comércio, no Brasil. O ensino comercial não se desenvolvia, pois não havia interesse da população. Este ensino levou cem anos para se estruturar, consolidando-se em São Paulo com o movimento dos Guarda-livros, para a criação do curso. Em 1902, foi fundada a Escola Prática de Comércio – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Com o intuito de regulamentar os procedimentos contábeis em 1850, o Imperador D. Pedro II estabeleceu o Código Comercial Brasileiro, para que as empresas fizessem escrituração dos livros, mostrando os fatos patrimoniais. Na primeira metade do século XX o Brasil teve uma grande influência da cultura contábil da Itália. Segundo Fábio Bésta, definiu a Contabilidade como ciência do controle econômico, aproximando-se do conceito de que o objeto da contabilidade era o patrimônio. Em 15 de dezembro de 1976 foi publicada a Lei nº 6.404, que regulamentava os princípios contábeis, com orientações internacionais especialmente pelos norte-americanos. Mas esta Lei não inovou e sim veio aplicar os princípios já utilizados no Brasil. Em 28 de dezembro de 2007 foi publicada a Lei nº 11.638 reconhecida como a Lei do IFRS, aplicando mudanças no contexto da Contabilidade Empresarial. Com a referida legislação, ocorrem alterações e revogação de dispositivos da Lei nº 6.404/1976, que contemplam as sociedades de grande porte, disposições relativas à elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras.”

O art.176 da Lei das Sociedades por Ações destaca que a obrigatoriedade da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas está restrita as seguintes entidades: Companhias abertas que tiveram mais de 30% (trinta por cento) do seu Patrimônio Líquido representado por investimentos em empresas controladas (esta porcentagem pode vir a ser reduzida a critério da Comissão de Valores Mobiliários).

Os grupos de sociedades organizados na forma preconizada nos artigos 265 a 277 da Lei nº 6.404/1976, ainda que a sociedade de comando não tenha a forma de Companhia. As Demonstrações Financeiras que obrigatoriamente deverão ser apresentações, como regras gerais, estão descritas na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.185/2009 – NBC TG 26.

O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui: Balanço Patrimonial (BP) ao final do período; Demonstração do Resultado (DR ou DRE) do Período; Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) do período; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) do período; Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) do período; Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do período, conforme NBC TG 09 – (Demonstração do Valor Adicionado, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente); Notas Explicativas (NE), compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias;

Cabe destacar a existência de outra demonstração financeira: Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA). Este demonstrativo é uma complementação à DMPL e se faz obrigatório, como este não é elaborado, no caso de empresas enquadradas como pequeno e médio porte. A obrigatoriedade de elaboração das demonstrações financeiras também se estende às demais formas jurídicas. De acordo com o CRC/PR (2013), as microempresas e empresas de pequeno porte são obrigatórias à elaboração do BP, DRE e NE; já as empresas de pequeno e médio porte, além do BP, DRE e NE, incluem-se também a DFC. O quadro, a seguir consolida a obrigatoriedade de elaboração das demonstrações financeiras conforme o enquadramento jurídico da empresa.

1.1 BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Segundo Araújo (2009, p.110), o BP “é uma demonstração contábil que apresenta, de forma qualitativa e quantitativa, a composição dos bens, direitos, obrigações e a situação líquida da empresa em um determinado momento”. O BP apresenta de uma forma ordenada, os bens e direitos que fazem parte da estrutura do ativo que são Segundo Iudícibus (2009, p. 28 e 29). “avaliáveis em dinheiro e que representam benefícios presentes ou futuros para empresa.” E as obrigações se classificam no passivo, e “evidencia toda a obrigação (dívida) que a empresa tem com terceiros”. A estrutura do BP tem como finalidade demonstrar de uma forma mais objetiva as informações, facilitando a interpretação Segundo Araújo (2009, p.110), “demonstrar a situação patrimonial, fornecer dados para o planejamento, auxiliar no controle, prestar contas de uma administração.” De acordo com a interpretação Marion, (2017, p.17), “as novas

normas demonstração da posição financeira, procura evidenciar, em determinada data, a natureza dos valores que compõem o patrimônio da empresa”. Abaixo consta o QUADRO 01 com a Estrutura do BP.

QUADRO 1 – Estrutura BP

ATIVO	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
ATIVO NÃO CIRCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO:
INVESTIMENTOS	CAPITAL SOCIAL
IMOBILIZADO	RESERVAS DE CAPITAL
INTANGÍVEL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
	RESERVAS DE LUCROS
	AÇÕES EM TESOURARIA
	PREJUÍZOS ACUMULADOS

FONTE: FIPECAFI (2010, p. 3)

1.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A DRE é a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período, incluindo o que se denomina de receitas e despesas realizadas. Conforme artigo 187 da Lei nº 6.404/1976, “A demonstração do resultado do exercício discriminará:

- I – a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- II – a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- III – as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- IV – o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- V – o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- VI – as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
- VII – o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social. (BRASIL, 1976)

A DRE demonstra a situação do lucro ou prejuízo da entidade, conforme a interpretação Lins, e Francisco Filho (2012, p.25), “no período compreendido entre janeiro e dezembro de cada ano”.

Todas as contas de resultado constantes na DRE serão “zeradas” ao final de cada ano e esse resultado repercutirá diretamente no balanço patrimonial, na parte do patrimônio líquido”. Conforme interpretação do Marion (2003, p 32), “tal demonstrativo procura mostrar, em sequencia lógica e ordenada, todos os fatores que influenciaram, para mais ou para menos, o resultado do período.

Ele se torna, assim, valioso instrumento de análise econômico-financeira e preciosa fonte de informações para tomada de decisões administrativas.” As despesas podem ser classificadas de acordo com CPC 26, “101. As despesas devem ser sub-classificadas a fim de destacar componentes do desempenho que possam diferir em termos de frequência, potencial de ganho ou de perda e previsibilidade. Essa análise deve ser proporcionada em uma das duas formas descritas a seguir, obedecidas as disposições legais.”

Abaixo segue o QUADRO 2 com a estrutura da DRE:

QUADRO 2 – Estrutura DRE

	RECEITA BRUTA
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	
Devoluções e cancelamentos	
Abatimentos	
Descontos	
Impostos	
	(=) RECEITA LÍQUIDA
(-) CUSTO DA RECEITA LÍQUIDA	
	= RESULTADO BRUTO
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	
Juros, alugueis, dividendos etc.	
	(-) DESPESAS OPERACIONAIS
Mercantis	
Administrativas	
Financeiras	
Tributárias	
Outras despesas e receitas	
	= RESULTADO OPERACIONAL
(-) IMPOSTOS	
Imposto de Renda	
Contribuição Social	
	= RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE PARTICIPAÇÕES (-) PARTICIPAÇÕES
Empregados e diretores	
Debêntures e partes beneficiarias	
	= RESULTADO LÍQUIDO

FONTE: Rios e Marions (2017, p. 23)

1.3 NOTA EXPLICATIVA (NE)

Segundo Padoveze: “A Nota Explicativa tem a finalidade de proporcionar aos usuários um entendimento das demonstrações contábeis, informando os principais critérios e eventuais modificações nas políticas e práticas contábeis utilizadas no período. Outra finalidade das Notas explicativas são detalhar as rubricas do BP e da DRE, podendo ser objeto de uma análise mais específica.” As notas explicativas são apresentadas conforme a Lei nº 11.638/07 parágrafos 4 e 5 e incluído pela Lei 11.941/09 que são as que seguem:

- I – Apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;
- II – Divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;
- III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e
- IV – Indicar:
 - a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
 - b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;
 - c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações;
 - d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
 - e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
 - f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
 - g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
 - h) os ajustes de exercícios anteriores;
 - i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

(BRASIL, 2009)

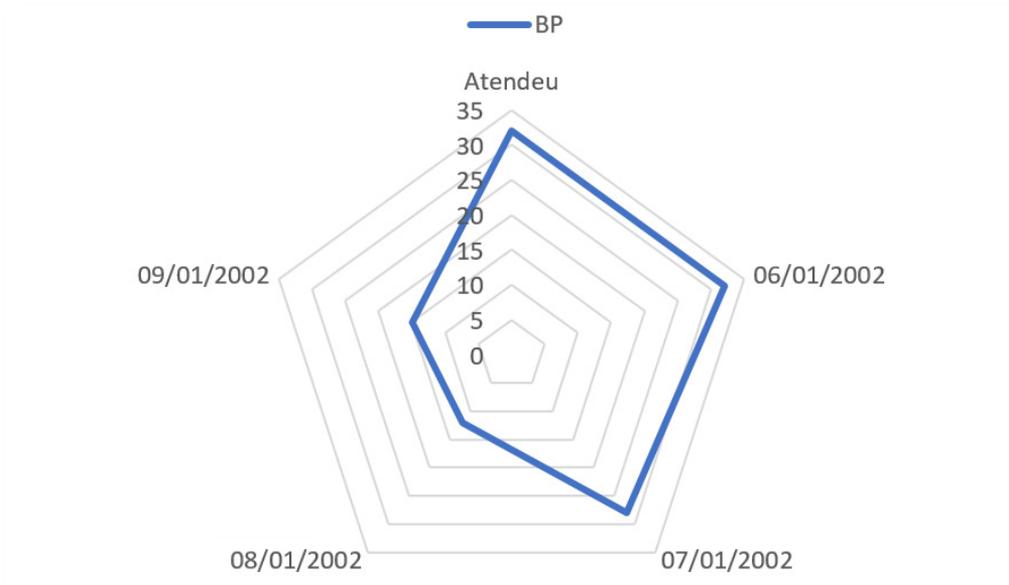
Segundo Padoveze: “As notas explicativas são um complemento das Demonstrações Contábeis, necessários para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício, trazendo informações que venham a suprir dúvida quanto às operações da empresa durante o ano, principalmente aos usuários externos da contabilidade (bancos, acionistas, fornecedores e as publicações).”

1.4 ANÁLISE GERAL BP

Analisando as vinte e quatro empresas 75% atenderam as normais estabelecidas na NBCTG 26, 2% Não Atenderam e 8% Não foram possíveis identificar.

Abaixo segue o GRÁF. 1 demonstrando as informações citadas:

GRÁFICO 1 – Análise geral BP



FONTE: Os autores (2017)

O item 54 demonstra as contas obrigatórias do balanço patrimonial, conforme legislação padronizando as informações, exceto o ativo biológico que muitas das empresas analisadas não se aplica esse item;

O item 55 traz as contas adicionais, cabeçalhos e subtotais no balanço patrimonial e 55A descreve como apresentar as contas adicionais;

O Item 56 separa os impostos ativos ou passivos diferidos e os mesmos devem ser classificados como ativos ou passivo circulantes.

O item 60 expõem apresentação do balanço patrimonial dividido em circulante e não circulante. Observamos que esses itens tiveram uma ótima aderência pelas empresas analisadas.

A maioria das empresas avaliadas classificam suas contas em circulante e não circulante, assim o item 63 que traz a apresentação de ativos e passivos por ordem crescente ou decrescente não se aplica as empresas analisadas;

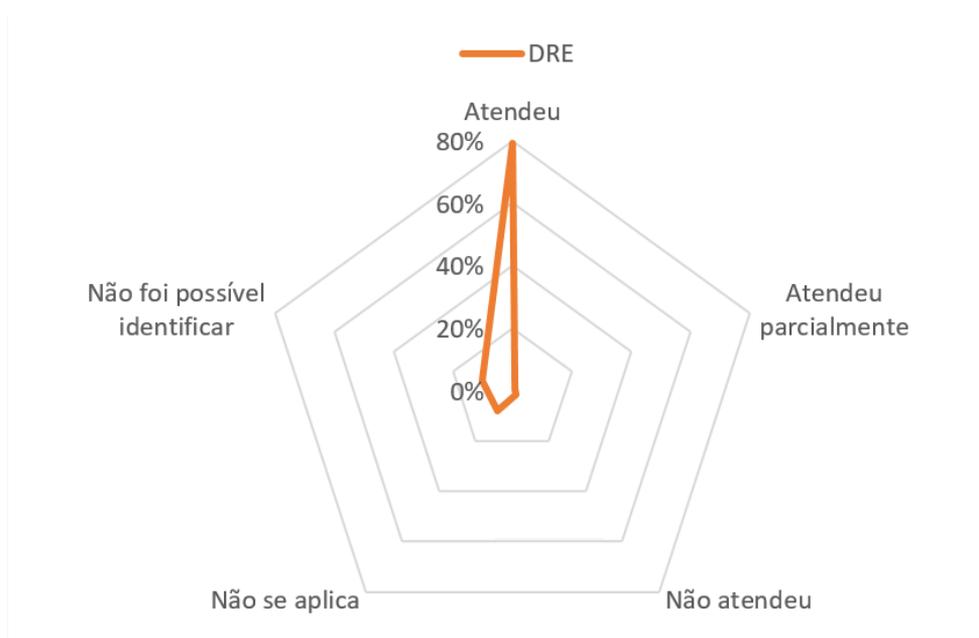
O item 64 define que o balanço patrimonial pode ser apresentado de forma mista, circulante e não circulante e por ordem de liquidez, assim é um item que não se aplica as empresas analisadas;

O item 80 e 80A, foram os que apresentaram a menor aderência, devido à Natureza Jurídica das Entidades analisadas.

1.5 ANÁLISE GERAL DRE

Analisando as vinte e quatro empresas 79% Atenderam as normas estabelecidas na NBCTG 26, 2% Não Atenderam e 10% Não foram possíveis identificar. Abaixo o GRÁF. 02 que expressa as informações mencionadas a cima:

GRÁFICO 2 – Análise geral DRE



FONTE: Os autores (2017)

Os itens que mais atenderam são os 81, 81A, 81B que apresentam as informações principais da Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente. Trata-se da alocação da demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes.

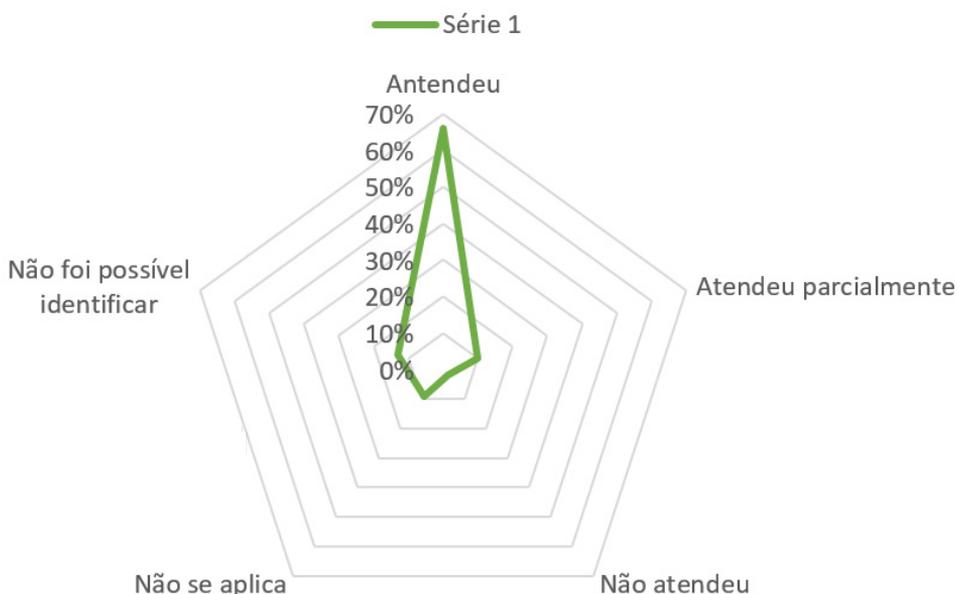
O Item 82A -Traz informações a serem apresentadas na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente, não foi possível identificar o item, pois o demonstrativo é sucinto, seriam necessárias mais informações;

O item 89 – Trata-se de itens que podem ser excluídos do resultado líquido do período, não foi possível identificarmos o item, pois seria necessária uma análise mais profunda das demonstrações financeiras, as demonstrações que são divulgadas têm uma limitação de informações.

1.6 ANÁLISE GERAL NE

Analisando as vinte e quatro empresas 66% Atenderam as normas estabelecidas na NBCTG 26, 2% Não Atenderam e 13% Não foram possíveis identificar. Abaixo GRÁFICO 03 expressa os valores já citados.

GRÁFICO 03 – Análise geral NE



FONTE: Os autores (2017)

O item 121 trata-se das políticas contábeis significativas que não sejam especialmente exigidas pelas normas; O item 122 traz a divulgação dos julgamentos realizados, com exceção as estimativas, observamos que ambos são itens com ótima aderência pelas empresas analisadas.

O item 123C Vendas de bens em decorrência de financiamentos, não foi possível identificar, pois se trata de um item específico, seria necessário ter acesso as demonstrações financeiras abertas e completas, ou os contratos dessas operações.

1.7 ANÁLISE GERAL

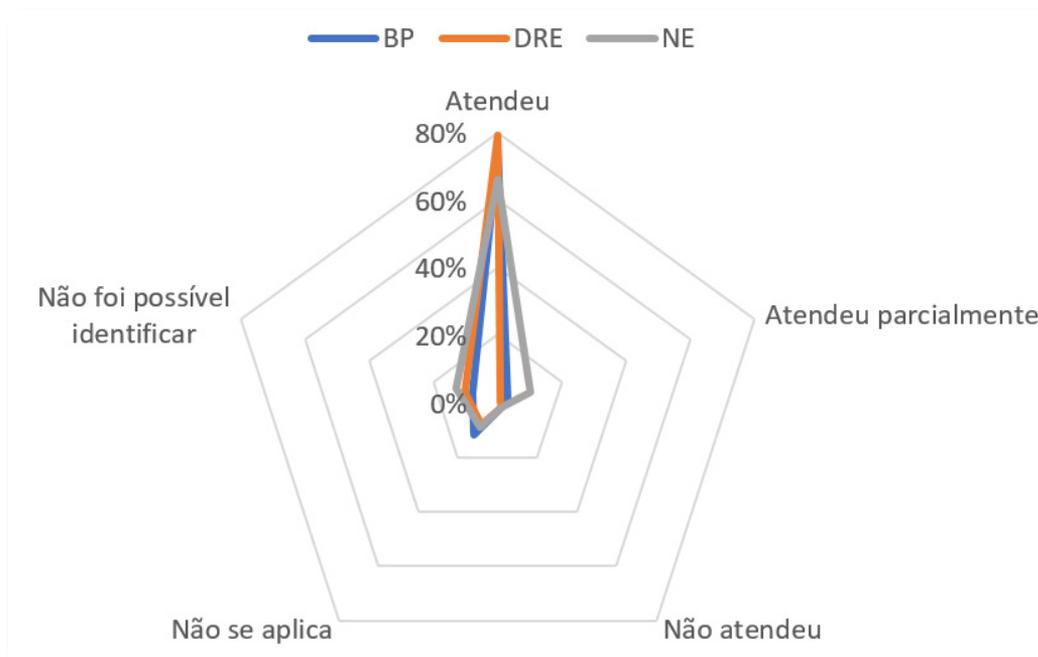
Comparando as vinte e quatro empresas, conseguimos visualizar que a maioria atendeu as normas estabelecidas pela NBCTG 26, porém muitos casos não foram possíveis ser identificados, devido ao pouco material que tivemos acesso.

As demonstrações são um padrão estabelecidos pela própria Bovespa, concluímos que esse padrão é muito engessado não permitindo uma análise mais detalhada.

Levantamos que a Deloitte foi a auditoria mais clara, com as notas explicativas mais amplas com informações completas e interpretáveis.

Abaixo segue o GRÁFICO 04 com os três demonstrativos analisados:

GRÁFICO 4 – Análise Geral



FONTE: Os autores (2017)

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa “é o instrumento para que os conhecimentos possam ser úteis à coletividade.” (SANTOS, 2010, p. 190). Ou seja, é através da pesquisa que novos conceitos, novas ideologias, novas maneiras de pensar veem à tona tendo impacto direto no cotidiano da sociedade onde surgem.

Essa pesquisa se classifica como bibliográfica e de levantamento, bibliográfica porque vão ser utilizado livros, artigos, documentos, demonstrações financeiras das empresas da Bovespa, para responder os objetivos específicos dos itens a, b e c. Para coletar os dados foi pesquisado todas as empresa listas na BM&F Bovespa, até o mês de Outubro de 2017, por este vinculo se chegou ao site das empresas na Seção de Relacionamento com Investidores – IR, onde se extraiu as demonstrações financeiras completas do último exercício de 2016.

A população que vamos trabalhar são 24 empresas relacionadas no setor de comércio, tecido, vestuário e calçados, verificadas até outubro de 2017 listadas na BM&F Bovespa, conforme relação abaixo.

Para comparar os dados e verificar, para poder avaliar e dar o conceito sobre as demonstrações financeiras foi elaborado um checklist utilizando a NBCTG26R4 – Normas Brasileiras de Contabilidade. Neste checklist para a análise das empresas utilizamos a seguinte pontuação: Atendeu, Atendeu Parcialmente, Não Atendeu, Não se Aplica, Não foi possível identificar, ao final do trabalho será feita uma descrição utilizando uma estatística descritiva.

Analisando apenas as empresas listadas na BM&F Bovespa do Setor do comércio, tecido, vestuário e calçados e suas demonstrações financeiras do ano de 2016, e foram enfatizadas para a análise três principais demonstrações: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente e Nota Explicativa das 24 empresas relacionadas neste setor.

CONCLUSÃO

Ao longo da história a contabilidade foi marcada por revoluções. A mais recente, a padronização das normas internacionais de contabilidade, um marco para o desenvolvimento do País; entretanto facilitando a elaboração das demonstrações contábeis, criam uma harmonia contábil, onde os sócios das multinacionais vão receber as mesmas informações publicadas no Brasil.

Após conceituar as demonstrações financeiras e suas obrigatoriedades, fica clara a sua importância não só jurídica, porém extraem informações patrimoniais de uma entidade (BP), como endividamento, capital de giro, liquidez, composição e evolução do ativo, passivo e patrimônio líquido.

São inúmeras as informações em seus demonstrativos; através da DRE demonstram os resultados operacionais e não operacionais, ou seja, como está a situação financeira da empresa. Já a DMPL e a DLPD apresentam o patrimônio líquido da empresa e suas movimentações, incluindo os lucros ou prejuízos acumulados; são demonstrações que auxiliaram o BP, evidenciam o lucro ou prejuízo do período. A DFC evidencia as saídas e entradas de dinheiro, isto é a movimentação do caixa e equivalente de caixa da Companhia. A DVA ira agregar o valor econômico da empresa. A nota explicativa finalizou com intuito de trazer conhecimentos dos critérios adotados pela entidade.

Para atender as necessidades do usuário de contabilidade as demonstrações financeiras deveram ser elaboradas por completa, com números reais traduzindo a

situação econômica financeira da empresa, não apenas para cumprir com a lei, porém utilizando suas ferramentas de gestão.

Sendo assim, as entidades que usufruem das demonstrações financeiras como uma ferramenta de gestão, estarão se beneficiando, cumprindo as normas e com as análises e benefícios na tomada de decisão.

Após a análise realizada com as 24 empresas listadas na BM&F Bovespa, foi possível identificar que se tratar de uma atividade complexa, para se elaborar o checklist ou para que as empresas pratiquem o checklist, de fato sem ter o apoio das empresas de auditoria, dificilmente consegue averiguar todas as informações, e a auditoria se vale de checklist. Mais tudo se vale de julgamento, ou do processo de auditoria em si, pois as empresas de auditoria verificam se aquele método contábil foi aplicado analisando as demonstrações contábeis, e ainda sim utilizando o método de amostragem e não de exatidão. É importante destacar o profissional de Auditoria, pois para estas empresas de grande porte, desempenha um papel fundamental, para que se possa ter uma maior confiabilidade das informações prestadas aos seus investidores.

Posteriormente as análises, foi possível identificar que em geral cerca de 74% das empresas atendem as Normas Brasileiras de Contabilidade. Juntamente foi realizada uma análise por setor, onde cerca de 70,89% do setor de Fios e Tecidos, 78,38% Vestuário e Acessórios, 71,65% setor de Calçados, 78,84% setor de Tecido, Vestuário e Calçados atendem as normas, e podemos observar que a maioria estão se adequando as Normas Brasileira e Internacional de Contabilidade.

Uma sugestão de continuidade do projeto, para analisar como foram os anos anteriores das empresas, para averiguar em momentos em que as empresas foram bem, se foi transparente com suas divulgações, ou em momentos que não foram bem diminuiram a transparência, devido a crise que o país passou e está passando.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. D. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Saraiva. 2009.
- CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Auditoria contábil**. São Paulo: Atlas, 2016.
- FREZZATI, F. **Gestão do fluxo de caixa**. São Paulo: Atlas. 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 2009.
- LEKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.
- LINS, L. D.; FRANCISCO FILHO, J. **Fundamentos e análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2012
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2012.
- _____. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas. 2015.
- MARION, J. C.; REIS, A. **Mudanças nas demonstrações contábeis**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MARTINS, E. et al. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas. 2013
- MARTINS, E. et al. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2013.
- OSNI, H. et al. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2012.
- PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2017.
- PINHEIRO, D.; GULLO, J. **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**. São Paulo: Atlas, 2009.
- PONCHIROLLI, O. **Capital humano sua importância na gestão do conhecimento**. Curitiba: Juruá, 2005.
- SANTOS, J. L.; SCHMIDT, P. **Contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2015.
- SILVA, E. C. da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas**. São Paulo: Atlas, 2016.
- VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade avançada**. São Paulo. Saraiva. 2013.